

---

*De Pé Sobre  
a Terra.  
Estudos Sobre  
a Indústria,  
o Trabalho e  
o Movimento  
Operário em  
Portugal.*

---

---

## ***As Fases da Difusão do Anarquismo em Portugal, 1900–1926*<sup>1</sup>**

OS ACONTECIMENTOS, AS CONJUNTURAS DE ACÇÃO E OS CONTEXTOS

---

Nesta comunicação queremos sistematizar, justificando-a, uma periodização da difusão do anarquismo em Portugal desde os finais do século XIX, em que – entre a propaganda, as querelas com os socialistas “marxistas” e a tentação terrorista – o movimento se mantém confinado a pequenos grupos de operários, pequenos-burgueses e intelectuais localizados em Lisboa e no Porto, até ao desabar da ditadura militar que Maio de 1926 toma conta do governo sem efusão de sangue, em que o movimento social do operariado se mostra incapaz de o contrariar, apesar da força incomparavelmente maior que detinha em relação a trinta anos antes.<sup>1</sup>

Fá-lo-emos então em dez sucessivos passos.

### ***1. A Progressiva Conquista das Associações de Classe Trabalhadoras pelo Militantismo Anarquista.***

Segundo Eltzbacher (1908 ou 1909), são doutrinas anarquistas as expostas por Godwin, Proudhon, Stirner, Bákunine, Kropótkine,

<sup>1</sup> Texto de Setembro de 2012, a partir do suporte da comunicação oral apresentada em Outubro de 2011 em Lisboa

Tucker e Tolstoi, lista a que seria certamente necessário juntar Malatesta, um autor posterior. Silva Mendes (1896, reed. 2006) não anda longe da mesma constelação ideológica, divulgada em Portugal entre as elites intelectuais contestatárias e os operários autodidatas, nos anos da viragem do século XIX para o XX. Por outro lado, paralelamente ao anarquismo social, há que lembrar a existência de um anarquismo individualista (entre nós, Juliano José Ribeiro, ou José Franco) e mesmo de um mais nebuloso anarquismo místico corporizado na pessoa de Tolstoi (entre nós, ver Fontana da Silveira; mais tarde Jorge de Abreu). Quanto às formas de acção propugnadas, foram ensaiadas estratégias revolucionárias, reivindicativas-sindicalistas e pacifistas (educação, vida em comunidade, procriação consciente, acção directa não-violenta, etc.).

A estratégia do sindicalismo revolucionário (ver Pereira, 2011) começara no início do século XX, sobretudo por influência francesa – a Federação das Bolsas do Trabalho, lançada por Fernand Pelloutier, é criada em 1892, a Confédération Générale du Travail em 1895, o congresso de Amiens dá-se em 1906 –, mas também em outros países estrangeiros, com os Industrial Workers of the World na América, a FORA na Argentina, a SAC na Suécia, a CNT em Espanha, a USI em Itália, etc. O congresso anarquista de Amesterdão de 1907 proporciona a ocasião de um debate significativo quanto a esta estratégia, entre o sindicalista Monatte e o anarquista Malatesta. E em Portugal, regista-se o congresso sindicalista de 1909, com uma cisão dos anarquistas que vão criar o embrião impulsor da futura organização confederal (a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista), enquanto que no Porto esta tendência se sente suficientemente forte

---

para impor desde logo aos “reformistas” a criação de uma União Geral de Trabalhadores da Região Norte.

## **2. A Florescência Cultural do Anarquismo nos Alvores do Século XX.**

Nas condições sócio-culturais da época, a imprensa constitui um poderoso meio de acção social, que os anarquistas procuram utilizar ao máximo para a difusão das suas ideias, o combate político e a mobilização social. Registem-se os seguintes títulos, como mais significativos de uma enorme actividade propagandística: os jornais anarquistas *A Vida* e *a Aurora*, do Porto; *A Era Nova*, de Coimbra; *A Conquista do Pão*, o diário *A Boa Nova*, *O Protesto* e *a Guerra Social*, de Lisboa, e o *Germinal* de Setúbal; mais *A Obra* e o diário *A Greve*, de orientação sindicalista. E igualmente revistas culturais como *Amor e Liberdade*, *Luz e Vida*, *Novos Horizontes*, *Nova Silva* ou *A Sementeira*.

Mas o anarquismo não está também ausente do mundo literário, através da publicação de livros de crítica social de autores como Tolstoi ou Zola e de portugueses como Guerra Junqueiro, Manuel Ribeiro ou Mário Domingues, de cientistas como Darwin, Haeckel ou Spencer, e de militantes anarquistas autores de obras de doutrina e ensaio como Kropótkine, Tolstoi, Reclus, Eltzbacher, Jean Grave, Sébastien Faure, Augustin Hamon, Émile Pouget, Malatesta e os portugueses Heliodoro Salgado ou o já referido Silva Mendes. No teatro, distinguem-se as obras de Ibsen, dos portugueses Simões Coelho ou Araújo Pereira e o trabalho prático da Sociedade de Teatro Livre (ver Figueiredo, 2011). E até no domínio do fado temos nomes importantes como Avelino de Sousa, Augusto Machado ou José Carlos Rates.

No campo da intelectualidade, vários nomes sonantes aparecem envolvidos com os anarquistas, entre os quais os então jovens Jaime Cortezão, Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, Tomás da Fonseca, Alfredo Pimenta ou Lopes de Oliveira, que alinham com militantes anarquistas confessos de boa cepa académica como são Emílio Costa (ver Ventura, 1994 e 2000), Campos Lima, Pinto Quartín, Adolfo Lima ou Neno Vasco (ver Samis, 2009). Silva Mendes pode escrever em 1896, apesar do bombismo ravacholista em França: “De resto, ninguém se deslustra com ser anarquista: são-no algumas das maiores individualidades da actualidade: H. Spencer, Kropotkine, Elisée Reclus, Tolstoi, Ibsen, isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo!” Mas o contributo “ecologista” (*avant la lettre*) só cá chegou por via do naturismo de um Zizly e o feminismo de Emma Goldmann (Queiroz, 2008) praticamente manteve-se desconhecido entre nós durante várias décadas.

### **3. A Importância das Relações Internacionais no Movimento.**

Alguns países concentram as relações internacionais dos anarquistas portugueses, logicamente determinadas pelas correntes de sociabilidade tradicionais e por afinidades culturais. É o caso da Espanha, para onde se imprime no Porto a brochura “*Greve de Ventres*” de Bulfi, legalmente impossível no país vizinho, e de onde provêm diversos militantes que marcam o movimento português, como foi o caso de Miguel Córdoba, preso em 1908 sob a acusação de participação no regicídio. É, obviamente, também o caso da França, onde vão estudar e instruir-se (nas “ideias novas”) homens como Campos

Lima ou Homem-Cristo Filho (que virá a aderir ao fascismo italiano), enquanto Emílio Costa vai para Bruxelas onde trabalha com Élisée Reclus. É, evidentemente, o caso do Brasil, com as alternâncias de Neno Vasco, Pinto Quartin, Jorge Campelo ou Marques da Costa entre os dois países. E é ainda o caso dos Estados Unidos da América, com um forte e persistente núcleo de emigrantes libertários na Nova Inglaterra. Mas convém também não esquecer as correspondências epistolares e permutas de jornais tidas com Itália, Alemanha, Inglaterra, Rússia ou Argentina – para já não referir as existentes no interior do império português de além-mar, incluindo a Índia e o Extremo-Oriente – que fornece aos anarquistas portugueses uma informação muito ampla sobre o capitalismo e os regimes estatais no mundo mais desenvolvido, e os esforços emancipatórios aí desenvolvidos pelas classes trabalhadoras.

#### ***4. A Questão da República, num Regime Monárquico Agonizante.***

Esta é uma questão central, mas fracturante, dentro do militantismo anarquista em Portugal, sobretudo a partir do momento da publicação por Emílio Costa do livro “*É precisa a República?*” em 1903. O “possibilismo” – da Federação Socialista Livre, de José Luís Martins dos Santos (de Setúbal e do *Germinal*), do próprio Emílio Costa e de muitos outros – julga que o derrube da Monarquia é um passo importante para o progresso da liberdade e, por isso, se dispõe a colaborações sectoriais com o sector republicano (especialmente visíveis na Associação do Livre Pensamento e do Registo Civil, na Liga dos Direitos do Homem, certamente também na Maçonaria e nas iniciativas

educacionais fora da alçada religiosa). Há mesmo os homens da “carbonária anarquista” (José Nunes, José do Vale, etc.) que se dispõem a preparar a “artilharia civil” para o acto revolucionário. Mas há também fortes oposições a esta linha de acção, sobretudo por parte de ortodoxos do combate anarquista (muito presentes no Porto) e dos mais aguerridos dos recém-iniciados no sindicalismo revolucionário. E finalmente há algumas posições mais ambíguas, ou dúplices, como parecem ser as defendidas por Hilário Marques a partir da sua banca de escrita no Cais-do-Sodré para a revista *A Sementeira*.

### **5. A Nova Conjuntura Aberta em 1910 e a Galvanização do Sindicalismo Revolucionário.**

O sindicalismo de acção directa cresce notavelmente após Outubro de 1910, incluindo os trabalhadores rurais e classes profissionais não operárias, com o pico da greve geral de Janeiro de 1912 e a acção desenvolvida pela CECS e pelo jornal *O Sindicalista*, dirigido por Alexandre Vieira.

Freire (1988 e 1992) registou o incremento das sessões públicas de propaganda libertária: 35 em 1909; 43 em 1910; e 128 em 1913. A propaganda neo-malthusiana cria fortes abalos na opinião pública, com o seu correlato anti-militarismo a provocar rápidas acções repressivas por parte das novas autoridades governativas. E em Coimbra os estudantes anarquistas multiplicam-se em iniciativas e realizações do seu timbre próprio (“Falange Demagógica”, jornais cáusticos, os “tenentes anarquistas”, etc.).

Mas a iniciativa mais séria e profunda deste período é talvez o congresso anarquista de Novembro de 1911 em Lisboa – ao qual os

historiadores nunca prestaram a devida atenção – e onde foi central a discussão sobre a atitude a tomar face ao sindicalismo, com uma plataforma de saída aparentemente aceitável por todos, mas, na realidade, com uma linha “dura” defendida por Bartolomeu Constantino, Bernardino dos Santos, o jornal *A Revolta* e a maioria dos agrupados na Federação Anarquista da Região Sul, da qual se distanciava a orientação estratégica mais claramente anarco-sindicalista propugnada pelos militantes do Porto, d’*A Aurora* e das fundamentais personalidades locais que eram então Manuel Joaquim de Sousa ou Serafim Cardoso Lucena.

### **6. A Travagem, Perante a Repressão do Novo Regime e a Guerra.**

Aquele espectacular desenvolvimento de lutas, organização e militantismo foi travado pela repressão governamental de 1912–13: Augusto Vasconcelos fecha a Casa Sindical de Lisboa e prende 600 militantes operários; Duarte Leite detém e condena Silva Júnior por anti-militarismo; e Afonso Costa actua declaradamente contra o sindicalismo e os anarquistas, perseguindo o jornal *Terra Livre*, os supostos responsáveis pela bomba do 10 Junho, os presos no Limoeiro e ordenando a expulsão de Quartin para o Brasil.

Mas a travagem teve sobretudo como resultado um mais forte e realista relançamento do movimento social em 1914: entendimento com socialistas; congresso operário de Tomar, em Março, com a criação da UON. Paralelamente, dá-se um notável crescimento dos grupos anarquistas, que eram 51 em 1910 e passam a 130 em 1913; realizam-se conferências para discutir os temas da ordem-dos-trabalho



do congresso internacional que iria realizar-se no Verão de 1914 em Inglaterra, nomeando os respectivos delegados, mas donde acabam por nascer 4 federações anarquistas regionais em Portugal (norte, centro, sul e Algarve). Operam-se também aproximações entre radicais anarquistas e republicanos “machadistas”.

Porém, breve surge a enorme desilusão, com o afundamento do internacionalismo proletário nesse mês de Agosto, em que os deputados sociais-democratas alemães votam os créditos necessários à guerra e em França (preventivamente detidos os militantes constantes de um famoso *carnet B*) os conscritos embarcam alegremente para a frente, “*la fleur au fusil*” bradando “*À Berlin! À Berlin!*”.

Segue-se um tempo de espera, em guerra lá fora (e conosco em África) no período 1914—16, onde só os radicais se mexem: Bartolomeu Constantino, Bernardino dos Santos e Júlia Cruz, a União Anarquista-Comunista, os jornais *O Agitador* ou *Comuna Livre*. Mas o grosso do movimento vai desenvolvendo, como pode, a sua difícil propaganda contra a eventual intervenção de Portugal na guerra: fazem-no os núcleos da Juventude Sindicalista e o jornal *O Despertar*, com Alexandre Quintanilha em grande destaque, e com os portugueses a marcar posição na conferência internacional contra a guerra europeia, que se realiza na Páscoa de 1915 na cidade de Ferrol, na Galiza espanhola.

Neste tempo de espera ocorre também a sangrenta revolução “democrática” do 14 de Maio de 1915 em Lisboa, da qual os anarquistas e o movimento operário estiveram completamente afastados.

E já ao longo de 1916 e com a participação de Portugal ao lado da Inglaterra e da França na guerra contra a Alemanha tem lugar a

ruptura política entre Malatesta e Kropótkine, acerca da atitude dos anarquistas perante o conflito, com uma correspondente clivagem entre Neno Vasco e *A Aurora* de um lado, e Emílio Costa e o *Germinal* do outro: os primeiros, mantendo a tradicional posição “derrotista revolucionária” e condenando qualquer apoio a qualquer das partes envolvidas; os segundos, tomando partido em favor do “direito de defesa da França”, ainda por cima um país de liberdade (relativa) face ao autoritarismo e militarismo germânicos.

### **7. O Rearranque Ofensivo do Movimento Anarco-Sindicalista a Partir de 1917.**

Com o prolongamento da guerra e as dificuldades do abastecimento urbano, a inflação monetária e a mobilização militar dos jovens, o ano de 1917 vê um claro reacender dos conflitos políticos e sociais: é a partida de tropas para França que motiva revoltas, resistências e conspirações (por exemplo, em Tomar em Dezembro de 1916, e relatórios sucessivos do Serviço de Informações Militares para o ministro Norton avisando-o de conluíus entre “machadistas”, “germanófilos” e sindicalistas); é a “revolução da batata” que põe Lisboa a saque em Maio de 1917; são as conferências da UON no Norte e no Sul, preparando o relançamento da actividade sindical. E, claro, com as surpreendentes notícias que chegam de uma Rússia em convulsão, onde o Czar é agora um prisioneiro dos revolucionários.

Nova espera ocorre em 1918 em Portugal, com a revolução “dezembrista” e o consulado de Sidónio Pais (de Dezembro a Dezembro); em Abril, com o desastre militar de La Lys; com a pneumónica e

a greve geral (falhada) de Novembro, mais o anúncio do fim da guerra; por último, com a trágica morte de Sidónio.

O sub-período de 1919—22 é a grande fase de ofensiva das organizações das classes trabalhadoras: o levantamento monárquico de Janeiro de 1919 inquieta o militantismo, que não deseja um qualquer regresso ao passado, mas a “nova república velha” deixa-o indiferente. Funda-se o diário *A Batalha* em Fevereiro, é criada a CGT em Setembro, no congresso de Coimbra. A Federação Maximalista Portuguesa é também criada em 1919 com o jornal *Bandeira Vermelha* e com os equívocos que levam a tais posições revolucionários-de-espírito como Manuel Ribeiro (ver Silva, 2010); e os “decretos ditatoriais” de Rates (“*A Ditadura do Proletariado*”) são publicados no ano seguinte pela editorial de *A Batalha*.

Tudo isto se passa “ao lado” das conflitualidades republicanas: Maio e Outubro de 1921 (que envolvem a GNR, alguma Marinha, e a pavorosa “noite sangrenta”); ou a criação do Partido Liberal (de Evolucionistas e Unionistas) que ganha eleições em Junho 1921 e as perde logo em Janeiro de 22.

Entretanto, lá fora, grandes movimentos grevistas, com ameaças insurreccionais, ocorrem em França e na Itália. Em Julho de 1920, em Moscovo, o II Congresso do Komintern define as “21 condições” de adesão a esta nova Internacional, com a correspondente ISV a orquestrar os rompimentos “unitários” em organizações sindicais de vários países.

Em Março de 1921, em Lisboa, é fundado o Partido Comunista/Secção Portuguesa da Internacional Comunista, com o seu jornal *O Comunista*. Manuel Joaquim de Sousa convida-os nas páginas

d'A *Batalha* “à boa paz”, a que se junta a “Nota oficiosa da CGT” de 16 de Julho de 1921. A resposta é a cisão que José de Sousa lidera nas Juventudes Sindicalistas – ao mesmo tempo que se conhece o esmagamento da oposição anarquista na Rússia ao governo ditatorial dos bolchevistas.

O congresso operário da Covilhã de Outubro 1922 é já o de um “contar de espingardas” no seio do movimento operário. Apesar de tudo, o referendo sobre a adesão internacional da CGT à nova AIT (“de Berlim”) confirma a força prevaiente do anarco-sindicalismo naquele congresso, com significativo reforço no seguinte, em 1925 em Santarém. O que se segue é uma “cisão doce” dos partidários da ISV e d'A *Internacional*, mais tarde por via de uma Comissão Inter-Sindical.

O período de 1922—23 é também um biénio de lutas operárias importantes mas que se saldaram por derrotas, com o fim do “pão político”, face a uma reacção autoritária que se organiza (Medeiros, 1978). Há um crescimento organizativo, porém já em fase de refluxo: múltiplos congressos e novas estruturas, da Liga Operária de Expropriação Económica às Câmaras Sindicais de Trabalho; congressos das Juventudes Sindicalistas (1921 e 26), dobrado pelas aventuras violentistas de bombistas e “legionários vermelhos” (Freitas, 2008); o jornal *A Comuna*, no Porto, tenta acompanhar a nova vaga de radicalismo, mas sempre em meio operário organizado; há a fundação da União Anarquista Portuguesa em 1923 e do jornal *O Anarquista*; congressos e novas federações anarquistas regionais (norte, Lisboa e Alentejo). Mas, perante o agudizar de certas lutas e o emprego de meios violentos, os governos de António Maria da Silva retomam a prática das deportações.

## **8. Os Impasses Ocorridos em 1923–26 e a Queda do Movimento**

As divisões no campo proletário, adensam-se, radicalizam-se e pessoalizam-se; comunistas, Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, a própria redacção d'A *Batalha* são actores de pugnas internas que só podem enfraquecer o movimento, enquanto a crise económica vai alastrando e retirando combatividade e efectivos militantes. Mas a mais grave e estruturante cisão foi sem dúvida a aberta entre comunistas e anarco-sindicalistas.

As forças conservadoras parecem agora cada vez mais confiantes numa viragem forte para dar o golpe-de-misericórdia na desagregação da República liberal, parlamentar e partidarística: Confederação Patronal, Cruzada Nuno Álvares, União dos Interesses Económicos e o golpe militar de 18 de Abril de 1925 são passos sucessivos que anunciam a “revolução nacional”. O ambiente externo também claramente ajuda essa dinâmica: marcha sobre Roma dos fascistas em 1922; ditadura de Rivera em Espanha em 23. E, internamente, republicanos “radicais” e “reconstituíntes” (João Carvalho em Dezembro de 23 e Cabeçadas em Julho de 25) lideram revoltas contra os “democráticos”, embora mal-sucedidas; assim prosseguem as governações do PRP, sem maioria; e o ensaio “esquerdista” de José Domingos dos Santos do início de 1925 já chega tarde, ou é inconsequente. A “República radical” proposta por Campos Lima ou a ‘União dos Interesses Sociais’ de 1925 nunca chegaram a ter qualquer aplicação efectiva.

Deste modo, quando acontece o golpe de 28 de Maio de 1926 não há praticamente quem saia a barrar-lhe o caminho – nem por

---

parte das forças republicanas, nem do lado do movimento operário – aliás em tempo de greve geral na Grã-Bretanha.

O regime constitucional de 1911 perdera a sua legitimidade, mas muitos eram ainda – inclusivamente no seio dos quartéis – os que rejeitavam os modos ditatoriais militares (conservadores), ou as visões nacional-corporativistas que se começaram a desenhar desde então. O levantamento de Fevereiro de 1927 foi um claro exemplo disso, como vários outros que se lhe seguiram, tendo como resultado uma repressão policial sempre mais dura. Para os anarquistas e o movimento operário ainda por eles controlado, a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 foi um “ponto de honra”, para “não entregar o ouro ao bandido”. A guerra de Espanha de 1936–39, a sua última esperança e a desilusão final.

